

Funai reverá outras 52 missões no País

ESP-27.11.77

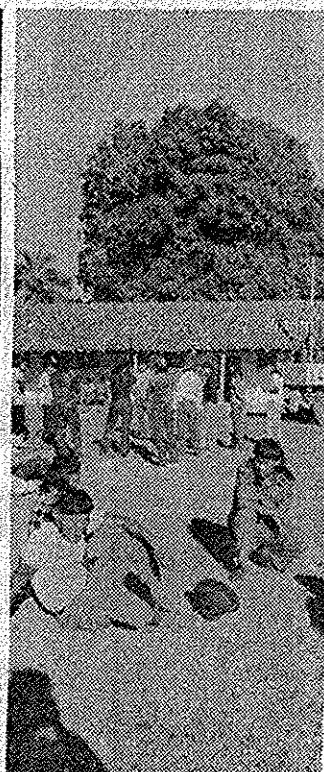
ELIANA LUCENA
Da sucursal de Brasília

A decisão do governo de não aceitar mais a presença dos linguistas norte-americanos do Summer Institute of Linguistic junto às comunidades indígenas brasileiras é o primeiro resultado de um amplo levantamento que a Funai está realizando sobre o trabalho das 53 missões religiosas, católicas e protestantes, que atuam no Brasil. Dessas missões, que até o advento do Estatuto do Índio atuaram sem qualquer interferência oficial, 31 são estrangeiras, sendo 30 protestantes e uma sincretista, que atendem 133 grupos indígenas brasileiros.

A não-renovação do convênio com o Summer, segundo as informações que correram no Ministério do Interior e na Funai, estaria ligada à constatação, feita pelos técnicos, de que a entidade — que tem funções pouco definidas, ora aparecendo como Instituto de Linguística, ora como Igreja Missionária — não tem cumprido os objetivos básicos do convênio. Segundo os linguistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, um período de oito anos é suficiente para que um pesquisador conclua o trabalho linguístico junto a um grupo tribal. No entanto, a Funai encontrou elementos do Summer que estavam atuando em áreas indígenas há mais de 15 anos sem ter apresentado, até hoje, informações sobre os resultados práticos de seu trabalho.

O Summer, embora acatado como entidade científica pois conta com linguistas respeitados, segundo reconhece a própria Funai, está vivendo no Brasil a mesma situação que enfrenta em outros países, como o México, Peru, Colômbia e Nepal. Seus pesquisadores, depois de enfrentarem desconfianças por parte desses governos, acabaram sendo expulsos de onde atuavam sob a alegação de que a entidade abrigava pseudo-linguistas, que na realidade seriam agentes da CIA. O Summer sofria, ainda, a mesma acusação que chegou a ser levantada por autoridades brasileiras, embora não encampadas oficialmente, de explorar as riquezas naturais desses países, transportadas clandestinamente para o exterior.

No caso brasileiro, o afastamento do Summer dos grupos tribais, segundo insistem as autoridades, estaria diretamente ligado aos resultados insatisfatórios de seu trabalho. Menos preocupados em atuar como entidade científica, os missionários norte-americanos estariam empenhados na catequese dos



Índios, promovendo a tradução da Bíblia para os 50 grupos por eles atendidos.

Apesar de as acusações não terem ficado bem esclarecidas, uma constatação pode ser feita, a partir da decisão da Funai, que obedeceu instruções "vindas de cima", segundo argumentou o próprio presidente do Órgão, general Ismarth de Araujo Oliveira, para o diretor do Summer, Steven Sheldon. O governo está preocupado com a presença de 31 missões estrangeiras que atuam na Amazônia, sem qualquer controle por parte das autoridades brasileiras, e em áreas, como no Alto Purus Amazonas, onde poucas pessoas conseguiram chegar até hoje, em decorrência das dificuldades de acesso. Aos poucos, essas missões estão sendo visitadas e várias denúncias poderão ser apuradas, como por exemplo a que pesa contra a Meva — Missão Evangélica da Amazônia — que atende os grupos macuxi, waiwai e yanoama no território de Roraima. Embora não confirmado pelas autoridades, fala-se de pistas clandestinas para aviões cargueiros que estariam transportando minérios da região, entre eles cassiterita e diamantes.

Ao lado das denúncias, estas missões estrangeiras por certo sofrerão modificações profundas no seu relacionamento com o índio, se a Funai conseguir levar avante o programa a que se propõe de gradativo controle sobre todas as missões religiosas que atuam no País. A religião, em geral, é imposta e os métodos empregados ferem a

orientação ditada pelo Estatuto do Índio, que já foi, em parte, absorvida por algumas missões católicas: o respeito pelos costumes e tradições dessas comunidades.

Mesmo reconhecendo as deficiências e o "mistério" na atuação de várias missões estrangeiras, a própria Funai admite que muitas comunidades indígenas teriam desaparecido, se não tivessem sido assistidas por estes missionários. A presença das entidades religiosas, algumas delas dispostas de uma infraestrutura invejável em plena selva, como hospitais e escolas, dificilmente será substituída a curto prazo pela Funai, que não dispõe de recursos e mesmo pessoal especializado para esta tarefa.

De acordo com levantamento da própria Funai as bases missionárias no Brasil, entre católicas e estrangeiras, chegam a 226, enquanto os postos da Funai espalhados por todo o País são apenas 170. Os dados sobre o total de índios, atendidos pela Funai e pelas missões, são ainda muito conflitantes mas é certo que quase a metade da população indígena brasileira — estimada entre 100 e 150 mil índios — recebe a assistência direta de padres.

A falta de controle da Funai sobre quase todas as áreas indígenas é admitida pelo próprio órgão. Seus técnicos, em alguns casos, nem conhecem os índios atendidos pelas missões, não recebendo qualquer tipo de relatório sobre as suas atividades.

Os convênios com as missões, fora o que vinha sendo mantido com o Summer, atingem, atualmente, somente algumas missões católicas, como a Missão Anchieta do Mato Grosso. A aproximação da Funai com as missões, até o início da administração do general Ismarth, foi bastante tímida. Ismarth, no entanto, não tem escondido a sua intenção de colocar em prática o polêmico artigo do Estatuto do Índio que passou a exigir o controle dos trabalhos das missões religiosas pelo governo. Vários representantes dos missionários tentaram, durante a tramitação do projeto na Câmara, influenciar os parlamentares no sentido de garantir a autonomia das missões. A Câmara aprovou a ideia, mas o presidente Médici vetou o artigo, fato que desgostou os missionários. Eles afirmavam, na ocasião, "que muito antes do governo se interessar pelo índio os missionários estavam engajados nesse trabalho".

Agora, segundo afirmou o presidente da Funai, o órgão pretende assumir gradativamente esta função, embora lhe falte recursos e pessoal.

As missões estrangeiras

Das 30 missões estrangeiras protestantes, agora cadastradas pela Funai, a que atende a um maior número de comunidades indígenas, depois do Summer, é a Missão "Novas Tribos do Brasil", que atua nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Acre e Rondônia. Seus missionários estão presentes em 22 tribos: baniwa, docana, yanoama, kanamari, kulina, parakana, gavião, pankararu, kaningang, urubu, kaapor, krikati, gavião, kraho, xerente, apinaye, pakaa nova, gavião, arara, yaminaea, machineri e karajá.

As outras são: Associação Batista para Evangelização Mundial (Amazonas); índios tukuna; Missão Evangélica dos Índios do Brasil (Pará); índios gorotire; Missão Cristã Evangélica do Brasil (Pará); índios munduruku; Associação Espiritual dos Bakais (Alagoas, Bahia); índios kiriri, kaimbe, kariri e xukuru; Organização Palavra da Vida (Pará); índios gorotire; Igreja Batista Bíblica (Pará); índios potiguara; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Rio Grande do Sul); índios kaningang; Associação das Igrejas do Cristianismo Decidido (Pará);

Paraná); índios munduruku, kaningang e guarani; Convenção de Igrejas Batistas Independentes (Santa Catarina); índios kaningang e guarani; Igreja Evangélica da Assembléia de Deus (Santa Catarina); índios xokleng.

Igreja Pentecostal Filadélfia (Santa Catarina); índios Xokleng; Missão Indígena Guaritá (Rio Grande do Sul); índios kaingang; Igreja Missionária (Paraná); índios kaingang; Missão Cristã Brasileira (Mato Grosso); índios nhambikwara; South American Indian Mission (Mato Grosso); índios nhambikwara, bakairi, xavante e pareci; Missão Evangélica da Missão Missionária para a América do Sul (Mato Grosso); índios xavantes; Missão Evangélica Independente (Mato Grosso); índios bakairi; Confederação Evangélica do Brasil (Maranhão); índios krikati, guajajara; Junta das Missões Nacionais da Confederação Batista Brasileira (Goiás); índios xerentes; Missão Itinerante da Convenção Batista Brasileira (Rondônia); índios pakaa-nova; Missão Bareana do Brasil (Mato Grosso); índios nhambikwara; Associação Evangélica de Catequese aos Índios (Mato Grosso); índios

kalua, terena e guarani; Missão Evangélica Pró-Redenção dos Índios (Mato Grosso); índios kalua, kadiweu e guarani; Associação das Igrejas Metodistas do Brasil (Mato Grosso); índios kalua, guarani e terena; Missão União das Igrejas Evangélicas da América do Sul (Mato Grosso); índios terena; Missão Evangélica da Amazônia (Roraima); índios macuxi, wai wai e ianoama; Sociedade Evangélica Batista Mission (Roraima); índios ianoama; Igreja Adventista do Sétimo Dia (Goiás); índios karajá; Summer Institute of Linguistic (Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Acre, Rondônia, RG do Sul e Mato Grosso); índios maku, mawe, paumari, deni, yamandi, atroari, apurinan, mura-pirahan, kayabi, kayapo, oiampi, apalai, munduruku, as-surini, gavião, karipuna, guarani, kain gang e tranxe, xavante, nhambikwara, pareci, bakairi, guajajara, urubu-kaapor, kanela, kraho, krikati apinaye, makurap, cinta larga, karitiana, arikapu, jabuti, kabixi, tukurina, urupá, xama, wirafed, purubora, tukumanfed, katukina, kaxarari, poyanawam tupari, wayoro, kampé, kalua, terene e maxacali.